

Carlos Cardoso Memorial Lecture

Universidade de Witwatersrand

Joanesburgo, 4 de Novembro de 2014

**Os Poderosos Prosperam Mediante
a sua Capacidade de Manutenção do Medo**

Rafael Marques de Morais

Em primeiro lugar, gostaria de partilhar convosco a minha história com Carlos Cardoso, o grande amigo que nunca tive oportunidade de conhecer pessoalmente.

Em 1999, quando fui preso em Angola por chamar o presidente Dos Santos de ditador e corrupto, Carlos Cardoso foi um elemento essencial na mobilização de advogados, jornalistas e moçambicanos interessados em prestar-me o seu apoio.

Depois de eu ter sido libertado, iniciámos uma correspondência regular de *e-mails* que foi muito para além das minhas batalhas legais, da minha condenação, perseguição política e interdição de viajar. Estendemos a conversação ao propósito de nos aliarmos com o objectivo de expor as hordas de corrupção nos nossos países. Acreditávamos em conquistar o espaço público para que nele a liberdade de expressão e de imprensa pudessem assentar raízes.

Tornámos nossa e pessoal, essa luta pelo espaço público. Enquanto o Carlos desbravava terreno trabalhando a tempo inteiro como jornalista, eu dirigia uma organização internacional que, entre outras coisas, prestava suporte aos órgãos de comunicação independentes que então começavam a emergir. Continuei a escrever com vista a catalisar a opinião pública.

Prometi ao Carlos que, assim que me fosse permitido viajar, Moçambique seria a minha primeira paragem, para finalmente poder conhecê-lo, agradecer-lhe pessoalmente e elevar a nossa “conspiração” a um outro patamar.

Mantive a minha promessa, mas já só cheguei a tempo de dar as minhas condolências à viúva. Tinha-me sido finalmente permitido viajar dois meses após o Carlos ter sido brutalmente assassinado, em Novembro de 2000.

Apesar de ter recebido muitos apoios a nível internacional, a solidariedade do Carlos foi a mais inspiradora para mim. Era um profissional cujo trabalho – denunciar a corrupção e outros podres dos líderes moçambicanos, bem como dos seus homólogos da indústria e do mundo dos negócios – colocou a sua vida em risco. No entanto, ele foi meu companheiro de luta. Travávamos a mesma guerra e ele protegia-me. Eu não consegui protegê-lo. Hoje, no entanto, o meu trabalho enquanto jornalista de investigação está todo ele impregnado do seu legado, assim como do legado do meu compatriota Ricardo Melo, cuja vida foi também ceifada demasiado cedo enquanto, em 1995, investigava a corrupção e outros crimes de dirigentes angolanos.

Estou aqui hoje para falar de liberdade de expressão enquanto *luta*, em países onde a cúpula dirigente e outros poderosos têm vindo a operar acima da lei; para quem a lei é um instrumento de poder privado. São estes os poderosos que prosperam mediante a sua capacidade de manutenção do medo.

Estou aqui hoje para falar sobre a coragem, a liderança e a solidariedade imprescindíveis a quem queira derrubar as muralhas do medo, e com elas os seus perpetradores.

A Luta

Como aprendi com o Carlos e outros companheiros – prisioneiros – que me acolheram na prisão, a preocupação com o bem-estar dos outros é a forma mais expressiva de nos preocuparmos com a nossa própria humanidade.

Esta noite gostaria de abordar: em primeiro lugar, o que neste momento se passa na SADC¹; em seguida, a questão da Etiópia, pelo terrível elenco de abusos contra jornalistas registados neste país; por último, as minhas próprias experiências enquanto alguém que testa os limites da liberdade de expressão em Angola.

Na região da SADC há três países onde a luta pela liberdade de expressão assume particular importância: Angola, Zimbabué e Suazilândia. Estes países têm em comum o facto de os seus chefes de Estado estarem entre os cinco líderes africanos que há mais tempo permanecem no poder. O presidente José Eduardo dos Santos mantém-se na sua função há 35 anos; Robert Mugabe, há 34; e o rei Mswati III, há 28. Todos são inimigos da liberdade de imprensa. Diferem entre si na escolha dos métodos que utilizam para silenciar os que se lhes opõem e naquilo que oferecem, ou não, à comunidade internacional em troca de passarem no seu crivo de “legitimação”.

A título de exemplo, recentemente, a presidente da União Africana, Nkosazana Dlamini-Zuma, deu o seu beneplácito à longa liderança do presidente Dos Santos, durante uma entrevista à Radio France International (RFI)².

¹ SADC – Southern African Development Community (Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral).

² Radio France International, “Dlamini-Zuma sobre a resposta ao ébola, governação em Angola e as promessas quebradas por líderes Africanos”, 11 de Outubro de 2014.

<https://soundcloud.com/radiofranceinternationale/dlamini-zuma-on-ebola-response-governance-in-angola-broken-promises-by-african-leaders>

Segundo Dlamini-Zuma, o presidente Dos Santos mantém-se no poder há tanto tempo por “razões objectivas” e é agora um líder democraticamente eleito “que não ultrapassou os limites que a constituição lhe estabelece”.

Dlamini-Zuma sublinhou ainda o quanto o governo do presidente Dos Santos “está a fazer tanto para melhorar a vida do povo angolano” e como essas melhorias “são a razão pela qual os angolanos o elegeram”.

Estes comentários, tão distantes da realidade, ilustram bem quão importante é a liberdade de expressão para educar e fiscalizar as actividades dos políticos. Aparentemente, Dlamini-Zuma desconhecia que em 2010 uma nova constituição entrou em vigor em Angola, e com ela a norma que determina que o presidente não é eleito nem pelo povo nem pelo parlamento. O nome que encabece a lista do partido vencedor das eleições torna-se automaticamente presidente. Por outras palavras, José Eduardo dos Santos alterou a constituição com vista a prolongar o seu mandato e a consolidar a sua liderança absoluta. Sozinho, em representação do seu partido, o MPLA, Dos Santos tem o poder de elaborar essa lista de candidatos.

Fora de África, Robert Mugabe é considerado um pária internacional. O Rei Mswati III recebe atenção sempre que acrescenta uma nova mulher ao seu harém. De resto, o seu país é demasiado pobre para merecer muita atenção internacional.

Quanto aos média e à sociedade civil nos três países mencionados, a situação é paradoxal. O Zimbabué tem órgãos de comunicação social e uma sociedade civil altamente vibrantes e competentes. Durante anos houve um apoio massivo da comunidade internacional à sociedade civil e à oposição. Mas a opressão triunfou, a oposição ruiu e a imprensa continua a ser perseguida. Em Angola, onde os mesmos sectores tiveram fraco apoio internacional, a corrupção é o que mais tem contribuído

para aprofundar o enfraquecimento da sociedade civil. Pouco resta da imprensa independente e da oposição.

Actualmente, os exemplos mais inspiradores de cidadãos que lutam pela liberdade de expressão são o do proeminente advogado, especialista em direitos humanos, Thulani Maseko e o do jornalista Bheki Makhubu, ambos naturais da Suazilândia.

A 25 de Julho de 2014, ambos foram condenados dois anos de prisão por artigos em que criticavam a falta de independência judicial no seu país³. A Constituição da Suazilândia salvaguarda o direito à liberdade de expressão, mas o tribunal do rei faz deles tábua rasa, com vista a eliminar contestações ao seu domínio.

Na sua tomada de posição contra o regime do Rei Mswati III, Thulani Maseko leu a partir da prisão: “Quando nos é retirada a liberdade, torna-se dever supremo, ainda que árduo, do Homem, reclamá-la ao seu opressor, pois abdicar da liberdade equivale a abdicar do direito do Homem à dignidade.”⁴

Thulani Maseko e Bheki Makhubu são exemplos cimeiros da luta pela liberdade de expressão na Suazilândia. Maseko tem usado o seu tempo na prisão para reforçar a sua determinação em lutar por aquilo em que acredita. “O caminho para a liberdade passa pela prisão, mas o triunfo da justiça sobre o mal é inevitável”, afirmou Maseko.

Tive a honra de juntar a minha voz à Campanha pela Justiça na Suazilândia, que luta pela libertação de Maseko e Makhubu⁵.

³ Campanha pela Justiça da Suazilândia, “The Trial Update”, <http://www.swazijustice.org/>.

⁴ Ibid.

⁵ [Ibid.](#)

Assim como a coragem para dizer as verdades aos poderosos, o desejo e a capacidade de sermos solidários é material de consciência individual. Maseko e Makhubu provaram que não têm medo, e é nossa obrigação protegê-los.

Entretanto, no Zimbabué, alguns jornalistas celebraram recentemente uma pequena vitória na sua cruzada pela liberdade de expressão. Os jornalistas Constantine Chimakure e Vincent Kahiya tiveram êxito num recurso para o tribunal constitucional, que [declarou inconstitucional a proibição legal de publicar “falsos testemunhos”](#)⁶. Ambos tinham sido processados por um artigo em que tinham denunciado polícias e agentes dos serviços secretos por participarem no rapto de membros da oposição e de activistas dos direitos humanos, em 2008.

O director do Programa de Monitorização dos Media do Zimbabué sumariza a sua luta: “Agora que a oposição política se desintegra, é mais importante do que nunca que os média lembrem as autoridades – sejam elas quem forem – que vivemos numa democracia e que a opinião dos cidadãos – e muito particularmente as opiniões dissonantes – é relevante e os cidadãos deverão ser livres para a expressar.”⁷

Temos também o caso da Etiópia, onde está sediada a União Africana. Ao invés de simbolizar um renascimento africano, ancorado no respeito pelos direitos humanos, a Etiópia destaca-se por liderar a trajectória do continente na direcção oposta.

Em 2012, neste país, foram condenados vários jornalistas *freelance*, incluindo o veterano Eskinder Nega, alegadamente por actividades “terroristas”. Em Março deste ano, um colectivo de jovens *bloggers* – os *Zone9* – foi detido e mantido sob custódia, inicialmente sem acusação formada. O julgamento dos *Zone9*, também eles acusados de actos terroristas, prossegue. Entretanto, na semana passada, os tribunais etíopes

⁶ Iniciativa de Defesa Legal dos Media, “Victory for free speech in Zimbabwe”, 30 de Outubro de 2014 <http://www.mediadefence.org/news/victory-free-speech-zimbabwe>.

⁷ Zimbabweituation.com “Media freedom still a long way away in Zimbabwe”, 3 de Maio de 2014, http://www.zimbabweituation.com/news/zimsit_media-freedom-still-a-long-way-away-in-zimbabwe/.

condenaram o editor do agora extinto jornal *Feteh* - um das últimas publicações verdadeiramente independentes no país – a três anos de prisão, por difamação e agitação.

Os dois últimos jornalistas independentes da Etiópia foram presos e condenados. A situação piorou e revela uma postura hipócrita da parte da União Africana, que, sendo uma organização que representa todos os africanos, nada faz para os proteger.

Há muita coragem e valentia por parte de jornalistas etíopes, como demonstra o caso de Eskinder Nega, que desde 2012 cumpre uma pena de 18 anos de prisão.

Qual o seu crime? Ter publicado um artigo em que criticava o governo etíope por usar a lei do terrorismo para silenciar os seus críticos. Exigiu respeito pela liberdade de expressão. Nós, jornalistas africanos e activistas pelos direitos humanos, deveríamos sentir vergonha por fazer tão pouco em auxílio dos nossos pares, na Etiópia.

Porque é tão difícil fazer com que os poderosos se atenham às suas legítimas funções e deixem as sociedades florescer de acordo com as suas constituições, que salvaguardam a liberdade de expressão e o respeito pelos direitos humanos? Como pode a repressão triunfar sobre o desejo das massas dizerem o que lhes vai na mente?

Uma camponesa angolana, ao ouvir o seu filho – um conhecido membro da oposição – queixar-se dos abusos do governo e das suas manipulações eleitorais, perguntou-lhe: “Não és um homem, como eles? Não usas calças, também? Então, o que há de errado contigo, pois continuam a humilhar-te?”

Estes governantes não receiam usurpar lideranças e fazer o que for preciso para levar a sua avante; e são solidários entre si.

Nós, por outro lado, pecamos por falta de liderança e solidariedade, fundamentais à convocação da coragem, resiliência e vontade de colegas como Eskinder Nega.

Antes de ser condenado nesta última volta, Nega tinha sido preso seis vezes. A sua mulher, a jornalista [Serkalem Fasil](#), deu à luz o filho Nafkot na prisão, em 2005⁸. Na altura, Eskinder estava igualmente preso.

A Etiópia, não nos esqueçamos, é o país anfitrião da União Africana, que nos representa a todos. É imperativo que pressionemos a União Africana pela cumplicidade que tem prestado nos casos de abuso na Etiópia. Podemos mesmo militar no sentido de deslocalizar a sede da União Africana para um país que respeite os direitos humanos básicos.

O Caso de Angola

Senhoras e senhores, caros colegas,

Antes de ficar sem tempo, permitam-me que partilhe convosco alguns factos sobre Angola.

O que existia dos média independentes é actualmente controlado por grupos próximos do regime, e a internet tornou-se o último reduto da liberdade de expressão. Em primeiro lugar, explicarei de que maneira o regime está a tentar controlar a informação *on-line*, recorrendo a ameaças de acção judicial: a estratégia de disseminação do medo.

O país produziu uma narrativa extraordinária em que o poder judiciário ficou em perseguição descontrolada à liberdade de expressão. Em Janeiro de 2013, um conhecido site da “diáspora angolana”, *Club-K*, republicou um artigo do semanário Português *Expresso* sobre uma investigação aberta em Portugal contra o procurador-geral de

⁸ <http://www.freeeskindernega.com/www.FreeEskinderNega.com/Home.html>.

Angola, João Maria de Sousa. O Ministério Público Português estava a investigar o procurador-geral angolano por fraude e lavagem de dinheiro⁹. O próprio confirmou o processo em entrevistas; declarou-se inocente e garantiu o seu empenho em cooperar com as autoridades portuguesas com vista a limpar o seu nome.

João Maria de Sousa nunca contestou os factos articulados pelo semanário *Expresso*. No entanto, a Procuradoria-Geral da República indiciou um elemento da diáspora angolana – José Gama, que, estando baseado na África do Sul, visitava o país – por suspeita de ligações ao *Club-K*. José Gama foi colocado sob termo de identidade e residência, ficando impossibilitado de viajar, interdição essa que foi levantada após grande contestação pública. Gama é actualmente arguido pelo “crime de insulto a oficial público, difamação e calúnia”.

Decorre igualmente um outro processo no qual Gama e Lucas Pedro – outro indivíduo suspeito de ter ligações ao *Club-K* – são acusados dos mesmos crimes. Neste caso, familiares de um dos detidos publicaram uma carta em que relatam detalhadamente a forma como o seu parente havia sido torturado enquanto se encontrava sob a custódia da Direcção Nacional de Investigação Criminal (DNIC). A DNIC nunca contestou o conteúdo da carta ou processou os seus autores, mas perseguiu os mensageiros.

Estes exemplos ilustram o quão difícil pode ser a simples reprodução de um artigo da imprensa internacional ou a publicação de uma carta de uma família a expor um caso de tortura, em Angola.

Colar cartazes nas ruas pode igualmente colocar quem o faça sob risco de vida. A 23 de Novembro fará um ano desde que Manuel Carvalho Ganga, activista político, foi executado por um membro da Unidade de Segurança Presidencial. Ganga encontrava-se a colar cartazes nas paredes do Estádio de Coqueiros, no centro de Luanda, exigindo

⁹ Makaangola.org, “General João Maria de Sousa e DNIC à Caça do Club-K”, 12 de Julho de 2013.
http://www.makaangola.org/index.php?option=com_content&view=article&id=8106:general-joao-maria-de-sousa-e-dnic-a-caca-do-club-k&catid=28&lang=pt

justiça para o caso de dois activistas que tinham sido executados no ano anterior pela polícia e forças de segurança.

Foi detido pela segurança presidencial, levado para o seu quartel, a poucos passos do palácio presidencial, e abatido com um tiro nas costas¹⁰. A polícia atacou a marcha fúnebre em sua honra com força desproporcionada, lançado gás lacrimogéneo de um helicóptero sobre a população que clamava por justiça¹¹.

Não sou estranho à selvajaria patente no sistema judicial angolano. A 20 de Setembro de 2013 fui preso a escassos metros do tribunal onde tinha estado a cobrir o julgamento de oito manifestantes anti-Dos Santos. O juiz tinha-lhes concedido liberdade condicional, mas esta durou pouco. Encontrava-me a entrevistá-los quando um total de 54 elementos da Polícia de Intervenção Rápida (PIR), fortemente armados e servidos por uma frota de cinco veículos, entre os quais um carro de assalto, nos cercaram e detiveram¹². O jornalista Alexandre Solombe, que estava comigo, aguardando para me dar uma boleia, também foi detido, e igualmente o foi um terceiro jornalista que tinha aparecido minutos antes de as detenções terem lugar.

O mais impactante em todo este processo não foi ter sido pisoteado nas costas por um comandante da PIR. Não foi a bastonada que me atingiu na parte de trás do pescoço. Não me queixei da destruição da minha nova câmara fotográfica. Não foi sequer o facto de a polícia nos ter filmado, enquanto éramos abusados no seu quartel, para prazer dos seus superiores. Pareceu ser um acto rotineiro, deixar-se ir os jornalistas depois de

¹⁰ *Makaangola.org*, “[Guarda Presidencial Mata Activista Político](http://www.makaangola.org/index.php?option=com_content&view=article&id=10334:guarda-presidencial-mata-activista-politico-2&catid=28:direitos-humanos&lang=pt)”, 23 de Novembro de 2014.

¹¹ Rafael Marques de Morais, “[Discussão com o Morto: A Repressão de um Funeral](http://www.makaangola.org/index.php?option=com_content&view=article&id=10489:discussao-com-o-morto-repressao-de-um-funeral&catid=28:direitos-humanos&lang=pt)”, 27 de Novembro de 2013.

¹² *Ibid.*, “[A Liberdade e Detenção dos Sete Magníficos](http://www.makaangola.org/index.php?option=com_content&view=article&id=9542:a-liberdade-e-detencao-dos-sete-magnificos&catid=28:direitos-humanos&lang=pt)”, 22 de Setembro de 2013.

¹² *Ibid.*, “[A Liberdade e Detenção dos Sete Magníficos](http://www.makaangola.org/index.php?option=com_content&view=article&id=9542:a-liberdade-e-detencao-dos-sete-magnificos&catid=28:direitos-humanos&lang=pt)”, 22 de Setembro de 2013.

algumas horas de cativo, juntamente com um homem de negócios ligado à sociedade civil, que tinha sido preso enquanto filmava a nossa detenção a partir do seu escritório. E era normal que os jovens passassem mais uns dias sob cativo e fossem feitos alvos de chacota¹³. Porque não?

Três dias mais tarde, a 23 de Novembro, os mesmos jovens que tinham voltado a ser detidos por me concederem uma entrevista foram novamente presentes a tribunal.

A juíza Josefina Pedro foi muito clara nas suas deliberações. Afirmou que os detidos mereciam ser punidos por me terem concedido a entrevista. Não havia outra acusação ou evidências apresentadas contra os jovens. A juíza afirmou ainda que, uma vez que eu tinha contactos internacionais, iria definir a caução a ser paga pelos acusados em US\$28,000.

Eu estava presente na audiência e a juíza dirigiu-se-me directamente, no sentido de que eu providenciasse o montante requerido para a libertação dos jovens, na ausência do que ela os enviaria novamente para a prisão. No entanto, a Associação Mãos Livres, organização de defesa dos direitos humanos, exortou a juíza a reduzir o valor da caução. Esta assentiu e, como que numa demonstração de magnanimidade, fixou-a em um milhão e 520,000 kwanzas (US \$15,400). A Associação Mãos Livres e eu organizámos uma campanha de angariação de fundos para recolher o valor necessário ao pagamento da caução. Um ano volvido, a juíza não voltou a convocar os jovens, e o caso foi discretamente deixado cair no limbo judicial.

O que de facto foi impactante para mim foi a capacidade do sistema judicial levar a cabo semelhante usurpação da justiça. Nunca a justiça se debruçou sobre a severa tortura a que estes jovens foram submetidos, e foram igualmente silenciados o facto de estas detenções terem sido feitas à revelia da lei, bem como a total falta de provas legais de que estavam feridas. Havia, sim, a crença de que, depois de sujeitos à pena pecuniária,

¹³ Ibid.

estes jovens se sentiriam desencorajados de tentar sair novamente para as ruas, com o seu activismo.

Investiguei o caso e apurei que o ministro do Interior, Ângelo Tavares, tinha coordenado pessoalmente a operação destinada à minha captura. A lógica do regime é simples. Se ninguém reportar abusos então não há abusos. Já escrevi sobre isso¹⁴.

O Alexandre Solombe e eu apresentámos uma queixa contra a polícia, por detenção ilegal, destruição da nossa propriedade e espancamento. A Procuradoria-Geral mantém-se em silêncio até à data. A queixa foi pura e simplesmente ignorada¹⁵. Há filhos e enteados, para o sistema judicial angolano.

Estes manifestantes têm dado provas de resiliência e coragem, mas estão longe de conseguir igualar a criatividade da polícia e do sistema judicial. No dia 11 de Outubro, membros da Polícia e das Forças de Segurança de Estado detiveram 17 jovens que tentavam protestar contra o presidente e torturaram-nos numa escola pública. Dois deles, Adolfo Campos e Roberto Gamba, que tinham sido presos por me terem concedido uma entrevista, encontravam-se entre os detidos.

Posteriormente, a polícia manteve os jovens cativos durante várias horas no Estádio Nacional 11 de Novembro, onde tinham tido lugar as cerimónias de abertura e encerramento do Campeonato Africano das Nações de 2010. Uma melhoria, face ao goro das práticas de extorsão...

¹⁴ *Makaangola.org*, “Ministro do Interior Coordena Operações de Repressão”, 29 de Maio de 2014. http://www.makaangola.org/index.php?option=com_content&view=article&id=11301%3Aministro-do-interior-coordena-operacoes-de-repressao&catid=28&lang=pt

¹⁵ *Makaangola.org*, “Jornalistas Apresentam Queixa Contra Polícia”, 30 de Setembro de 2013. www.makaangola.org/index.php?option=com_content&view=article&id=9754:english-jornalistas-apresentam-queixa-contra-policia&catid=28:direitos-humanos&lang=pt

Enquanto me vos dirijo, aguardo a qualquer momento ser chamado a responder em nove diferentes processos judiciais em Angola, por alegadamente ter ofendido sete generais angolanos e duas companhias diamantíferas. Ao descrever mais de cem casos de tortura e assassinato levados a cabo por pessoal a soldo destes generais, empregados nas suas agências de segurança privada e empresas de exploração diamantífera, concluí que os ditos generais são autores morais destes crimes contra a humanidade¹⁶. Para vos dar uma ideia do tipo de acusações difamatórias existentes contra mim, digo-vos apenas que o dossiê que contém estes casos é composto por mais de mil páginas. Entre estas, mais de 170 são cópias da correspondência entre a Procuradoria-Geral da República e todos os bancos comerciais que operam em Angola, inquirindo sobre as minhas finanças. As autoridades descobriram que tinham uma fortuna que ascende a pouco mais de US\$3,000 para arrematar. No referido dossiê, não encontrei quaisquer evidências de investigação relativa às violações aos direitos humanos que eu tinha abordado no meu livro, mas sim ampla evidência de investigação sobre as minhas deslocações ao estrangeiro.

Os generais exigem-me US\$1,2 milhões de dólares para efeitos de compensação de danos, para além de uma sentença de prisão. Em Portugal, onde interpuseram uma acção judicial do mesmo teor, exigem US\$400,000. O Ministério Público Português arquivou o caso, mas este decorre ainda em sede de processo civil.

Há 22 anos que tenho vindo a investigar e relatar o que se passa na indústria diamantífera; precisamente desde 1992, quando iniciei a minha carreira profissional de jornalista, no *Jornal de Angola*. Quando me apercebi de que havia um padrão sistemático de tortura e assassinatos levados a cabo por companhias de segurança privadas na região diamantífera do nordeste de Angola, decidi documentar esses casos.

¹⁶ Human Rights Watch, “Angola: Letter to AU Special Rapporteurs Regarding Angola's Prosecution of Rafael Marques”, 12 de Agosto de 2013. <http://www.hrw.org/news/2013/08/12/angola-letter-au-special-rapporteurs-regarding-angolas-prosecution-rafael-marques>

Ontem publiquei no meu *website* um novo vídeo que mostra dois seguranças privados a torturar com um machado dois trabalhadores de minas de diamantes. A companhia, K&P, pertence a oficiais de topo da Polícia Nacional de Angola. Revelei todos os seus nomes, nomeadamente o do líder da Direcção Nacional de Investigação Criminal, o comissário-chefe Pedro Alexandre.

Entre Jornalismo e Activismo

Perguntam-me frequentemente se não considero que exista um conflito entre fazer jornalismo e fazer activismo. A minha resposta, fundada na minha própria experiencia, é simples.

Enquanto estive preso, alguns detidos que tinham sido encarcerados sem direito a processo judicial – inclusivamente sem que uma acusação contra si tivesse sido presente a um procurador do Ministério Público – encontraram forma de me contar a sua história. Tinham um rádio na prisão e ouviam todas as notícias relacionadas com o meu caso. Mantiveram-me a par de todas as muitas iniciativas solidárias de que fui alvo, quer em Angola quer fora dela. Acreditavam que, face a todas as pressões a serem exercidas nacional e internacionalmente a favor da minha libertação, eu não ficaria na cadeia *sine die* e poderia vir a relatar as suas histórias.

Na verdade, não esperei por sair da prisão para relatar as suas histórias. Encontrei formas de transmitir informações a colegas. Ao fazê-lo, descobri que um dos prisioneiros, que tinha sido acusado de assassinar o meu colega e amigo Simão Roberto em 1997, estava inocente. Ele e dois amigos tinham sido levados para uma esquadra da polícia por se terem despistado contra os muros de uma casa particular, enquanto conduziam sob a influência de álcool. O chefe da polícia tê-los-á considerado a presa ideal! Depois de torturar os bêbados a polícia matou dois a tiro e forçou o terceiro a confessar um crime de que nunca tinha ouvido falar.

Passei este caso a outros colegas e a advogados e, tempos mais tarde, o homem, inocente, foi libertado. Mantive-me sempre ocupado, recolhendo informações sobre outros casos semelhantes e passando-as a colegas. Logo após ter deixado a Prisão de Viana, as autoridades processaram com celeridade a libertação de mais de mil prisioneiros, um dos quais tinha permanecido mais de uma década, sem direito a julgamento. Foram tantas as denúncias que a prisão foi encerrada durante anos, para reformas.

Por alturas da minha libertação, descobri que um colega da província de Kwanza Norte, André Mussamo, tinha sido preso por se suspeitar de que pretendia escrever um artigo em que exporia o esquema de um governante local envolvendo pedidos de financiamento para milícias que não existiam. O caso do André não atraiu quaisquer atenções. Apesar de o país atravessar uma guerra, voei para esta província para fazer valer o meu recentemente adquirido relevo internacional numa campanha pela sua libertação.

Descobri que o governador tinha decretado, para além da sua prisão, o confisco da sua motorizada e que fosse cortada a linha telefónica que servia o seu bairro. Descobri igualmente que a polícia e as forças de segurança lhe tinham também confiscado a sua botija de gás.

Juntamente com as campanhas levadas a cabo por jornalistas angolanos, frisei junto de organizações internacionais a importância de incluírem nos seus requerimentos não apenas o pedido de libertação do jornalista mas igualmente de devolução da sua botija. Não raro, os oficiais do governo e o aparelho de segurança de estado podem ser profundamente mesquinhos e cruéis, ao mesmo tempo que tentam construir uma boa reputação a olhos internacionais.

De alguma forma tornei-me conhecido como um defensor dos direitos humanos, ou activista. Continuei a investigar e a publicar casos sobre abusos de direitos humanos nas

regiões diamantíferas. Continuei a ser considerado um defensor dos direitos humanos. Orgulho-me de defender os direitos dos meus cidadãos. É um pressuposto do trabalho jornalístico, bater-se pela defesa de direitos constitucionalmente consagrados.

Há dirigentes e intelectuais que despudoradamente afirmam em público que o facto de eu estar vivo e continuar a fazer o meu trabalho é prova de que Angola vive numa democracia e que tem um presidente magnânimo. Este argumento é ecoado por alguns diplomatas estrangeiros no país, empenhados em defender a ideia de que o regime angolano não é autoritário.

Independentemente dos seus argumentos, assumi a liderança na investigação de dois aspectos muito preocupantes da sociedade angolana – a corrupção e as violações de direitos humanos. No meu *website* **Maka Angola**, cumpro a missão de denunciar, através das minhas investigações, a corja corrupta que rouba ao país biliões de dólares todos os anos.

Comecei recentemente a publicar aquilo que se tornará numa série de investigações acerca de como oficiais públicos de topo estão, em benefício próprio, a expropriar camponeses das suas terras, deixando-os impossibilitados de praticar a agricultura de subsistência.

A primeira fase desta série de investigações é acerca do presidente do Tribunal Constitucional, que retirou mais de 24 mil hectares de terra a uma comuna, o que representa cerca de um terço do seu total¹⁷. A segunda refere-se ao governador da

¹⁷ Rafael Marques de Morais, “[Presidente do Tribunal Constitucional Justifica Posse de Terras](http://www.makaangola.org/index.php?option=com_content&view=article&id=11479:presidente-do-tribunal-constitucional-justifica-posses-de-terras&catid=26:corrupcao&lang=pt)”, 1 de Novembro de 2014.
www.makaangola.org/index.php?option=com_content&view=article&id=11479:presidente-do-tribunal-constitucional-justifica-posses-de-terras&catid=26:corrupcao&lang=pt

província do Kwanza-Sul que se atribuiu, bem como à sua família, mais de 30 mil hectares de terra na província que governa.

Em resposta à camponesa a que me referi acima, também eu sou um homem, também uso calças. Nenhum político, por mais poderoso e temível que seja, me impedirá de fazer o meu trabalho e de assumir a liderança nesta cruzada para chamar os poderosos à verdade.

Não foi possível manter o Carlos Cardoso a salvo. Mas posso apelar-vos aqui, hoje, para que, juntos, lutemos sem descanso pelos nossos colegas injustamente aprisionados, particularmente na Etiópia. Não estavam a tentar ser heróis, mas sim cidadãos engajados e profissionais dedicados.

Ao Eskinder Nega, ao Bheki Makhubu e a muitos outros na prisão, estou-vos grato pela vossa coragem e determinação, que são uma fonte de inspiração para mim.

Estou aqui por vocês. Sou vosso companheiro de luta.